

*Senhoras e Senhores, Representantes Políticos e
Cidadãos dos Países Lusófonos,*

Nós, Jovens dos países Lusófonos, reunidos no VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, apesar de virmos de diferentes culturas e realidades, estamos reunidos, neste momento, na Amazônia Brasileira compartilhando o mesmo propósito: *o compromisso em lutar por um mundo justo, sustentável, equitativo e plural, que assegure o nosso direito e o das gerações futuras ao bem viver.* Juntos, nos mobilizamos, através da nossa ancestralidade que nos move há gerações, e das vozes que ressoam das matas, dos rios, das planícies, das savanas e das aldeias. Na Amazônia e nos mais diferentes territórios, ecoam vozes e trajetórias de luta por um futuro digno a toda a vida. Sendo assim, uma Educação Ambiental Crítica e sensibilizadora enraizada no ativismo, coletividade e compromisso com a vida.

Diante do avanço das mudanças climáticas, são as populações e comunidades historicamente vulnerabilizadas e periféricas que mais sofrem os impactos decorrentes dos conflitos socioambientais do século XXI. Nos países lusófonos, muitas comunidades tradicionais enfrentam os efeitos persistentes de processos históricos de exploração, exclusão e desigualdade, ainda que em contextos distintos. Em diversas nações, essas populações foram diretamente afetadas por legados coloniais e estruturais que seguem impactando seus modos de vida e seus territórios. A injustiça climática, permeada pelo racismo ambiental e o neocolonialismo mantém os direitos dessas pessoas violados constantemente, com a ausência de ações efetivas no combate às injustiças. Nesse sentido, os países devem garantir a implementação de políticas públicas que contemplem a construção de uma sociedade justa, equitativa e consciente da nova realidade socioambiental.

Ecosistemas saudáveis — florestas, bacias hidrográficas e ambientes marinhos — são de suma importância para a regulação climática, a segurança alimentar e a proteção da biodiversidade. Sua preservação deve ser o centro das políticas públicas, tendo como base o reconhecimento de seus direitos próprios e a valorização dos saberes tradicionais. Preservar os ecossistemas é garantir a continuidade da vida. Salvar florestas não é apenas uma solução contra as ondas de calor, secas e enchentes, é uma questão crítica, decolonial, equitativa, que integra diferentes saberes e modos de vida. A luta pela terra não é apenas por

território, mas sim pela preservação da vida, da cultura, das técnicas e da memória. Nesse sentido, nós, enquanto jovens, não podemos aceitar o futuro que nos foi imposto através da lógica capitalista. Por isso lutamos, exigimos e reivindicamos outros futuros possíveis – sustentados por políticas públicas efetivas, ações concretas que transformem realidades e o enfrentamento direto ao modelo de produção que ameaça a vida em todas as suas formas.

É urgente que os acordos climáticos firmados nas Conferências das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas deixem de ser tratados como declarações simbólicas e passem a ser efetivamente cumpridos. Destacamos o Acordo de Paris (2015), assinado por 195 países, cujas metas — como a redução das emissões de CO2 — seguem sendo sistematicamente ignoradas por muitos dos principais emissores históricos. Os países do norte global, responsáveis pela maior parte da devastação ambiental acumulada ao longo dos séculos, devem ser responsabilizados por suas ações passadas e presentes. Todos os países têm um papel a desempenhar, mas não podem ser tratados como igualmente responsáveis em uma crise construída de maneira profundamente desigual. Garantir o cumprimento desses compromissos é uma exigência ética e política, fundamental para a proteção dos direitos e da dignidade de todas as vidas humanas e não humanas na Terra. A Educação Ambiental pode atuar como uma ferramenta de formação crítica e de transformação socioespacial. Mas, para isso, é necessário questionar: para quem tem sido construída essa Educação Ambiental? Quem define suas pautas e prioridades? Quem são seus principais agentes e quais vozes têm sido silenciadas?

Esses questionamentos não surgem por acaso. Eles apontam para a urgência de reconhecer e fortalecer vozes que já estão em movimento. Entre elas, destacam-se as vozes das juventudes, que não apenas participam, mas protagonizam ações concretas entre os diversos setores da sociedade. Com coragem e criatividade, os jovens têm reinventado formas de luta, articulando redes e exigindo que seu espaço de protagonismo seja reconhecido e institucionalizado.

O que exigimos é que nossas vozes sejam ouvidas, respeitadas e integradas nas decisões que moldam o presente e o futuro do planeta, afinal, teremos que conviver por muito tempo com as consequências dessas decisões. A Educação Ambiental, para ser de fato transformadora, precisa reconhecer as juventudes como aliadas estratégicas na construção de alternativas ao modelo vigente. Que esta

carta não seja apenas mais um registro, mas um chamado à ação, ao compromisso e à esperança ativa. Porque nós não estamos apenas sonhando com outros futuros, estamos dispostos a construí-los, junto a todos que se recusam a aceitar a destruição como destino.

Sendo assim, as juventudes têm se afirmado como mediadoras de saberes, mobilizadoras de territórios e protagonistas de uma Educação Ambiental transformadora. Atuamos como agentes de mudança em espaços formais e informais, promovendo práticas que integram justiça climática, cultura e respeito com todas as formas de vida. Não somos apenas aprendizes — somos formadores, inspiradores e articuladores de novos horizontes possíveis. Ao promover diálogos entre ciência, ancestralidade e ação coletiva, fortalecemos uma Educação Ambiental que é viva, política e enraizada nas realidades locais.

Nada sobre nós sem nós!

Manaus, 25 de Julho de 2025

Este documento foi escrito durante o VIII Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, ocorrido em Manaus, Brasil, no ano de 2025. O conteúdo da carta, se construiu a partir do diálogo e construção livre, autônoma e protagonistas dos e das jovens presentes no evento e, tomou como base, informações e resultados obtidos a partir de consultas ampliadas com as juventudes dos países e comunidades de Língua Portuguesa, sendo eles Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Galiza.